

## Sumário

<b>Prefácio da 1ª edição</b>	15
Andreas J. Krell .....	15
<b>Nota introdutória da 2ª edição</b> .....	17
<b>Nota introdutória da 1ª edição</b> .....	21
<i>Capítulo 1</i>	
<b>A Evolução das Normas e a Atuação do Poder Público na sua Aplicação</b> .....	23
1.1 O meio ambiente nas Constituições .....	23
1.2 O meio ambiente na legislação ordinária .....	29
1.3 Os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental .....	33
1.4 A criação do IBAMA .....	35
1.5 A repartição da competência federal .....	37
1.6 As multas administrativas .....	38
<i>Capítulo 2</i>	
<b>O Exercício do Poder de Polícia do Estado no Controle das Atividades Nocivas ao Meio Ambiente</b> .....	43
2.1 Penalidades por transgressão das normas ambientais .....	43
2.2 A comunicação do crime ambiental .....	45
2.3 As sanções administrativas e sua aplicação .....	51
2.4 O Auto de Infração .....	53
2.5 A infração administrativa na Lei dos Crimes Ambientais .....	58
2.6 Atividades condicionadas à aprovação prévia .....	62
2.7 As restrições de uso da propriedade .....	63
2.8 A competência para o licenciamento .....	68
2.9 A Ação Civil Pública para reparação do dano ambiental .....	76
2.10 Reserva legal, manutenção e recomposição .....	79
<i>Capítulo 3</i>	
<b>Comentários ao Decreto nº 6.514, de 22.07.2008</b> .....	87
3.1 Infrações Administrativas contra o Meio Ambiente .....	91
3.1.1 Condutas infracionais e processo de apuração .....	91
3.1.2 Definição de infração administrativa ambiental .....	91

3.1.3	Sanções por infrações administrativas .....	93
3.1.4	Critérios para a dosagem das penalidades .....	96
3.1.5	Advertência .....	99
3.1.6	Aplicação cumulativa de advertência com outras sanções .....	104
3.1.7	Interstício mínimo para a aplicação da advertência .....	104
3.1.8	Dosagem da multa .....	105
3.1.9	Valor mínimo e máximo das multas .....	107
3.1.10	Multa diária .....	109
3.1.11	Reincidência e agravamento das sanções .....	111
3.1.12	Duplicidade de autuação .....	115
3.1.13	Destinação de recursos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente .....	117
3.1.14	Apreensão de produtos e subprodutos .....	120
3.1.15	Destruição de produtos e suspensão de obras ou atividades .....	121
3.1.16	Limites do embargo ou interdição .....	121
3.1.17	Cessação do embargo ou interdição .....	123
3.1.18	Embargo de áreas desmatadas ou queimadas irregularmente .....	124
3.1.19	Embargo de Plano de Manejo Florestal .....	128
3.1.20	Sanções por descumprimento de embargo .....	130
3.1.21	Demolição de obra .....	132
3.1.22	Sanções restritivas de direito .....	135
3.1.23	Prazos prescricionais .....	137
3.1.24	Interrupção da prescrição .....	140
3.1.25	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) .....	141
3.2	Infrações contra a fauna .....	146
3.2.1	Danos diretos contra a fauna .....	146
3.2.1.1	Fauna silvestre, exótica e doméstica .....	150
3.2.1.2	Espécies ameaçadas de extinção .....	152
3.2.1.3	Licença da autoridade competente .....	154
3.2.1.4	Manutenção e depósito .....	156
3.2.1.5	Quantidade autorizada e quantidade existente .....	160
3.2.1.6	Coleta de material científico .....	160
3.2.1.7	Multa por estimativa .....	161
3.2.2	Introdução de espécimes sem licença .....	161
3.2.3	Exportação de peles e couros de anfíbios e répteis .....	163
3.2.4	Prática de caça profissional .....	165
3.2.5	Produtos e instrumentos para a caça .....	167
3.2.6	Abusos e maus-tratos .....	168
3.2.7	Molestar cetáceos, pinípedes e sirênios .....	171
3.2.8	Registro de acervo de zoológicos e criadouros .....	174
3.2.9	Declaração de estoque de animais .....	177
3.2.10	Utilização de imagem de animais .....	178
3.2.11	Degradação de criatórios públicos de peixes .....	179
3.2.12	Pesca proibida .....	180
3.2.13	Pesca com explosivos ou substâncias tóxicas .....	183
3.2.14	Pesca sem registro ou autorização .....	184
3.2.15	Introdução de espécies aquáticas sem autorização .....	186

3.2.16	Exploração de invertebrados aquáticos, algas e recifes.....	188
3.2.17	Espécies sobreexploradas .....	190
3.2.18	Mapas de bordo.....	191
3.2.19	Definição de pesca .....	193
3.3	Infrações contra a flora .....	194
3.3.1	Destruir ou danificar espécimes vegetais em área de preservação permanente.....	194
3.3.2	Árvores em área de preservação permanente ou especialmente protegidas .....	207
3.3.3	Extração de minerais de florestas públicas ou áreas de preservação permanente.....	208
3.3.4	Fabricação de carvão.....	210
3.3.5	Transporte e comercialização de produtos florestais.....	211
3.3.5.1	O sistema de autorização e controle da exploração florestal .....	216
3.3.5.2	Autorização para Transporte de Produto Florestal (ATPF).....	217
3.3.5.3	Documento de Origem Florestal (DOF).....	226
3.3.5.4	Mensuração da multa administrativa .....	231
3.3.6	Regeneração de vegetação.....	232
3.3.7	Danos a florestas ou vegetação não passíveis de exploração .....	237
3.3.8	Danos a florestas ou vegetação passíveis de exploração .....	239
3.3.9	Danos a florestas ou vegetação em reserva legal ou servidão florestal .....	240
3.3.10	Manejo florestal irregular .....	243
3.3.11	Desmatamento a corte raso.....	244
3.3.12	Exploração ou danos à vegetação sem autorização ambiental .....	245
3.3.13	Utilizar produto de área embargada .....	246
3.3.14	Falta de averbação da Reserva Legal .....	247
3.3.15	Plantas de ornamentação .....	257
3.3.16	Comércio e uso de motosserra .....	260
3.3.17	Uso de fogo .....	262
3.3.17.1	O uso do fogo na cultura de cana-de-açúcar .....	262
3.3.17.2	O uso do fogo para a renovação de pastagens.....	269
3.3.17.3	O uso do fogo após o desmatamento .....	273
3.3.17.4	O uso do fogo em mata ou floresta .....	274
3.3.18	Venda e uso de balões .....	275
3.3.19	Agravantes nos danos à flora .....	277
3.3.20	Autorização de corte de espécies plantadas.....	278
3.4	Poluição .....	279
3.4.1	Outros tipos de poluição.....	283
3.5	Atividades minerárias .....	292
3.6	Agrotóxicos .....	296
3.7	Emissão de poluentes por veículos e motores .....	301
3.8	Licenciamento ambiental .....	304
3.9	Disseminação de praga ou doença.....	313
3.10	Veículos e pneus .....	314
3.10.1	Condução de veículo adulterado.....	314

3.10.2	Licença para uso da configuração de veículo ou motor .....	317
3.10.3	Pneus usados .....	318
3.10.4	Alteração de características de veículos e motores .....	321
3.11	Ordenamento urbano e património cultural .....	322
3.11.1	Danos contra bens especialmente protegidos .....	322
3.11.2	Edificações ou locais especialmente protegidos .....	324
3.11.3	Construção em solo não edificável .....	325
3.11.4	Pichação ou conspurcação .....	327
3.12	Infrações contra a Administração Ambiental .....	327
3.12.1	Cadastro Técnico Federal .....	327
3.12.2	Empecilho à fiscalização .....	329
3.12.3	Imposição de obstáculos ao georreferenciamento .....	331
3.12.4	Descumprimento de embargo .....	332
3.12.5	Deixar de atender notificação ou exigência .....	333
3.12.6	Falta de relatórios ou informações ambientais .....	334
3.12.7	Omissão ou falsidade de informação .....	335
3.12.8	Compensação ambiental .....	337
3.13	Infrações cometidas em Unidades de Conservação .....	339
3.13.1	Introdução de espécies alóctones .....	339
3.13.2	Áreas delimitadas para criação de Unidades de Conservação .....	340
3.13.3	Pesquisa científica sem autorização em Unidade de Conservação .....	342
3.13.4	Exploração comercial de recursos de Unidades de Conservação .....	344
3.13.5	Utilização de imagens de Unidades de Conservação .....	345
3.13.6	Cultivo de OGMs em APAs ou zonas de amortecimentos .....	346
3.13.7	Desobediência aos regulamentos da Unidade de Conservação .....	349
3.13.8	Causar dano a Unidade de Conservação .....	350
3.13.9	Tentativa de dano à Unidade de Conservação .....	353
3.13.10	Agravamento das sanções no caso de Unidades de Conservação .....	356
3.14	Processo Administrativo para apuração de infrações ambientais .....	356
3.14.1	Processo Administrativo Federal .....	356
3.14.1.1	Princípios e critérios do Processo Administrativo .....	358
3.14.1.2	Início do Processo Administrativo .....	359
3.14.1.3	Conteúdo do auto de infração .....	361
3.14.1.4	Autuação do Processo Administrativo .....	362
3.14.1.5	Vício sanável no auto de infração .....	363
3.14.1.6	Vício insanável no auto de infração .....	364
3.14.1.7	Medidas administrativas preventivas e acautelatórias .....	366
3.14.1.8	Impossibilidade da apreensão .....	368
3.14.1.9	Apreensão de animais em unidade de conservação .....	370
3.14.1.10	Utilização do material apreendido .....	373
3.14.1.11	Guarda e depósito dos bens apreendidos .....	374
3.14.1.12	Fiel depositário de bens apreendidos .....	376
3.14.1.13	Destinação de bens apreendidos .....	377
3.14.1.14	Embargo de atividades e áreas .....	384
3.14.1.15	Suspensão de venda ou fabricação de produto .....	387
3.14.1.16	Suspensão da atividade .....	388



3.14.1.17	Destruição de produtos, subprodutos e instrumentos ilícitos .....	388
3.14.1.18	Demolição de obras ou edificações.....	390
3.15	Defesa contra Autos de Infração.....	393
3.15.1	Defesa contra atuação administrativa.....	393
3.15.2	Teses de defesa mais comuns.....	396
3.15.2.1	Legislação ambiental e desenvolvimento econômico.....	396
3.15.2.2	Sanção desproporcional ou confiscatória.....	398
3.15.2.3	Situação econômica do autuado.....	399
3.15.2.4	Registro da ocorrência na polícia.....	400
3.15.2.5	Presunção de veracidade .....	402
3.15.2.6	Processo administrativo e penal .....	403
3.15.2.7	Perícia técnica e oitiva de testemunhas.....	404
3.15.2.8	Competência do agente autuante .....	404
3.15.3	Local da apresentação da defesa .....	407
3.15.4	Conteúdo da defesa.....	407
3.15.5	Representação para a defesa administrativa.....	408
3.15.6	Rejeição sumária da defesa .....	409
3.15.7	Ônus da prova.....	410
3.15.8	Contradita e provas de convicção.....	412
3.15.9	Rejeição de pedido de provas ou diligências.....	413
3.15.10	Manifestação do órgão jurídico.....	414
3.15.11	Alegações finais.....	416
3.16	Julgamento.....	418
3.16.1	Adequação da sanção no julgamento.....	418
3.16.2	Prazo para o julgamento .....	421
3.16.3	Motivação da decisão .....	422
3.16.4	Notificação do resultado do julgamento.....	423
3.17	Recurso .....	425
3.17.1	Instâncias recursais.....	425
3.17.2	Recurso de ofício.....	428
3.17.3	Efeito suspensivo do recurso .....	429
3.17.4	Alteração da sanção pela instância recursal .....	430
3.17.5	Recurso ao CONAMA .....	431
3.17.6	Requisitos de admissibilidade.....	433
3.17.7	Comunicação do julgamento do recurso.....	433
3.17.8	Notificação e atualização dos débitos.....	434
3.18	Destinação dos bens e animais apreendidos .....	435
3.18.1	Destinatários das doações.....	448
3.18.2	Destruição de produtos tóxicos, perigosos ou nocivos.....	448
3.18.3	Transferência de bens doados .....	449
3.18.4	Venda de bens apreendidos .....	450
3.19	Conversão de multa em serviços .....	451
3.19.1	Serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente.....	455
3.19.2	Falta de caracterização do dano ou regeneração natural .....	458
3.19.3	Requerimento da conversão da multa.....	459

3.19.4	Valor da conversão.....	460
3.19.5	Projeto de recuperação dos danos.....	462
3.19.6	Julgamento do pedido de conversão.....	463
3.19.7	Termo de compromisso de conversão da multa .....	464
3.19.8	Publicação do termo de compromisso .....	466
3.19.9	Repetição da conversão .....	466
3.20	Publicidade das Sanções Aplicadas .....	468
3.21	Competência da Capitania dos Portos.....	469
3.22	Normas complementares .....	470
3.23	<i>Vacatio Legis</i> .....	470
3.23.1	Averbação de reserva legal .....	470
3.23.2	Embargos em reserva legal .....	471
3.24	Normas revogadas .....	473

<b>Conclusão</b> .....	475
------------------------	-----

<b>Referências</b> .....	479
--------------------------	-----

<b>DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008</b> .....	483
---	-----

<b>CAPÍTULO I</b>	<b>DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>	
	<b>AO MEIO AMBIENTE</b> .....	483
Seção I	Das Disposições Gerais .....	483
Subseção I	Da Advertência.....	484
Subseção II	Das Multas .....	484
Subseção III	Das Demais Sanções Administrativas .....	485
Seção II	Dos Prazos Prescricionais .....	487
Seção III	Das Infrações Administrativas Cometidas Contra o Meio Ambiente .....	488
Subseção I	Das Infrações Contra a Fauna.....	488
Subseção II	Das Infrações Contra a Flora .....	491
Subseção III	Das Infrações Relativas à Poluição e outras Infrações Ambientais.....	494
Subseção IV	Das Infrações Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural.....	496
Subseção V	Das Infrações Administrativas Contra a Administração Ambiental .....	496
Subseção VI	Das Infrações Cometidas Exclusivamente em Unidades de Conservação .....	497
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS</b> .....	499
Seção I	Das Disposições Preliminares.....	499
Seção II	Da Autuação.....	499
Seção III	Da Defesa.....	502
Seção IV	Da Instrução e Julgamento .....	503
Seção V	Dos Recursos.....	504

Seção VI	Do Procedimento Relativo à Destinação dos Bens e Animais Apreendidos.....	505
Seção VII	Do Procedimento de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente .....	506
CAPÍTULO III	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	507
Índice .....		509